

ACESSIBILIDADE E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: ANÁLISE DA COBERTURA DO PORTAL G1

Samara Wobeto¹
Viviane Borelli²
Luan Romero³

Resumo

O artigo objetiva a análise da cobertura jornalística sobre pessoas com deficiência e acessibilidade no portal G1. As reflexões teóricas são centradas em pesquisas que criticam as lacunas em relação à acessibilidade, às problemáticas que envolvem a temática e às abordagens jornalísticas – que reproduzem estigmas e preconceitos. A análise é feita por movimentos metodológicos protocolares na coleta de dados e definição do *corpus* e no uso do *software IramuteQ* para a geração de árvores de palavras, gráficos de árvore máxima de similitude e classificação hierárquica descendente. Apontamos que a cobertura jornalística se restringe a cinco categorias temáticas, que priorizam notícias de serviço (vagas de emprego, divulgação de eventos, pautas sociais, legislação e problemáticas da falta de acessibilidade arquitetônica). Assim, compreendemos que a cobertura jornalística sobre a temática é insuficiente e restrita.

Palavras-chave

pessoas com deficiência; acessibilidade; cobertura jornalística; análise; G1.

1 Jornalista e mestranda em Comunicação pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (POSCOM/UFSM), bolsista Capes, integrante do Grupo de Pesquisa Circulação Midiática e Estratégias Comunicacionais (Cimid/UFSM), samara.wobeto@acad.ufsm.br, <https://orcid.org/0009-0000-4812-3649>, <http://lattes.cnpq.br/3876798863403545>.

2 Docente do Programa de Pós-graduação em Comunicação e do Departamento de Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), líder do Grupo de Pesquisa Circulação Midiática e Estratégias Comunicacionais (Cimid/UFSM), doutora em Ciências da Comunicação pela Unisinos, viviane.borelli@ufsm.br, <https://orcid.org/0000-0003-0643-2173>, <http://lattes.cnpq.br/0710124685911526>.

3 Jornalista, mestre em Comunicação e doutorando em Comunicação pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (POSCOM/UFSM), integrante do Grupo de Pesquisa Circulação Midiática e Estratégias Comunicacionais (Cimid/UFSM), luan.romero@acad.ufsm.br, <https://orcid.org/0000-0003-4495-6672>, <http://lattes.cnpq.br/9610460160161258>.

Abstract

The article aims to analyze the journalistic coverage of people with disabilities and accessibility on the *G1* Portal. Theoretical reflections are centered on research that criticizes the gaps in relation to accessibility, the problems involving the theme and journalistic approaches - which reproduce stigmas and prejudices. The analysis is carried out by protocol methodological movements in data collection and definition of the corpus, and in the use of the *IraMuTeQ* software for the generation of word trees, maximum similarity tree graphs and descending hierarchical classification. We point out that journalistic coverage is restricted to five thematic categories, which prioritize service news (job vacancies, event disclosure, social agendas, legislation and problems of lack of architectural accessibility). Thus, we understand that journalistic coverage on the subject is insufficient and restricted.

Keywords

disabled people; accessibility; news coverage; analysis; *G1*.

Introdução

O artigo analisa a cobertura jornalística sobre pessoas com deficiência e a acessibilidade no portal *G1*, a partir da visualização de dados com *softwares*. Tais temáticas como pauta não são novas, mas é importante pontuar que as representações sociais desse grupo são historicamente estigmatizadas e são reproduzidas pelo discurso jornalístico, o que ajuda a manter imagens capacitistas (Wobeto; Borelli, 2020). De acordo com Marco (2020, p. 18), “capacitismo é a opressão e o preconceito contra pessoas que possuem algum tipo de deficiência, o tecido de conceitos que envolve todos que compõem o corpo social. Ele parte da premissa da capacidade, da sujeição dos corpos deficientes em razão dos sem deficiência”.

Para Koppers (2004), o capacitismo pode se dar por meio da hipervisibilidade – que representa uma perspectiva de superação, de que a pessoa com deficiência é um herói/heroína – ou da invisibilidade – que reduz as pessoas somente às deficiências. Do ponto de vista jornalístico, para além da reprodução desses estigmas – a superação e a pena –, pessoas com deficiência não são consideradas como fontes jornalísticas em reportagens que abordam a temática (Freitas, 2021). Ao estudar as representações sociais das pessoas com deficiência no discurso jornalístico, a autora percebe que “são sujeitos centrais, porém não aparecem entre as fontes acionadas. Identificamos, assim, uma tendência de silenciamento dessas pessoas” (Freitas, 2021, p. 164).

Para Freitas (2021), a problemática ganha corpo à medida que não só se silencia um grupo minoritário, como também pelo fato de que a coletividade de pessoas com deficiência tem uma máxima: “Nada sobre nós, sem nós”. Assim é:

construída a partir do entendimento de que são as próprias pessoas com deficiência que sabem e devem dizer o que é melhor para elas mesmas [...]. Na prática, evidencia a necessidade de que elas sejam ouvidas, consideradas e que participem da construção das ações que as envolvem (Freitas, 2021, p. 25).

Aqui, é importante pontuar que os estudos em acessibilidade na Comunicação devem se ancorar no entendimento de que a luta por acessibilidade não é nova, apesar de as pesquisas da área terem mais ênfase na última década, principalmente com os estudos de Bonito (2015) e Sousa (2004). O contexto de lutas por direitos e o próprio conceito de deficiência têm quatro fases. De acordo com Piovesan (2012):

a) uma fase de intolerância em relação às pessoas com deficiência, em que esta simbolizava impureza, pecado ou mesmo castigo divino; b) uma fase marcada pela invisibilidade das pessoas com deficiência; c) uma terceira fase, orientada por uma ótica assistencialista, pautada na perspectiva médica e biológica de que a deficiência era uma “doença a ser curada”, estando o foco no indivíduo “portador da enfermidade”; e d) finalmente uma quarta fase, orientada pelo paradigma dos direitos humanos, em que emergem os direitos à inclusão social, com ênfase na relação da pessoa com deficiência e do meio em que ela se insere, bem como na necessidade de eliminar obstáculos e barreiras superáveis, sejam elas culturais, físicas ou sociais, que impeçam o pleno exercício de direitos humanos. (Piovesan, 2012, p. 55)

Essa última fase inspira a criação, pela Organização das Nações Unidas (ONU), da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Piovesan, 2012). De acordo com Freitas (2021, p. 45), o primeiro movimento legislativo brasileiro para a garantia dos direitos desse público data de 1991, a “Lei 8.213, que determina a reserva de cotas de 2% a 5% em empresas com mais de 100 empregados”. O contexto das lutas por direitos sociais e humanos das pessoas com deficiência se encontram com o jornalismo tanto por meio da obrigatoriedade de acessibilidade em sites, como define a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), quanto pelo papel da profissão na exclusão desse público do acesso à informação.

Os resultados dessa pesquisa vão ao encontro do que concebem Wobeto e Borrelli (2020), quando afirmam que o discurso jornalístico constrói sentidos sobre as temáticas aqui mencionadas. É importante mencionar que o estudo se baseia no entendimento da deficiência conforme o modelo social, que privilegia os direitos humanos e “no qual a deficiência engloba as limitações funcionais do corpo humano e as barreiras impostas pelo ambiente ao indivíduo” (Campanhã, 2020, p. 52)⁴. Assim, ao pensar sobre

4 O contraponto é o modelo médico, “no qual a deficiência é tratada como uma espécie de doença” (Campanhã, 2020, p. 52) que precisa ser curada.

o entrelaçamento profissional, também recuperamos a Benetti (2013, p. 45), que diz que o jornalismo enquanto campo se constitui “como um lugar de produção e de circulação de sentidos sobre a realidade”.

Entendemos que, do ponto de vista da cobertura jornalística, é importante o que, quanto e de que maneira se fala sobre um certo público e uma certa temática. “Se a construção da notícia é feita a partir da perspectiva da superação, acaba mostrando à sociedade que a pessoa com deficiência precisa ser herói/heroína para conseguir superar barreiras” (Wobeto; Borelli, 2020). Tal entendimento é inadequado uma vez que o conceito da acessibilidade, com base na legislação brasileira, reforça a autonomia e o uso dos espaços, dos mobiliários e dos sistemas de informação e comunicação sem barreiras (Brasil, 2015). Além disso, segundo as definições de Sassaki (2009) para os tipos de barreiras, entendemos que a acessibilidade na comunicação apenas ocorre quando as barreiras não existem ou são destruídas. As barreiras são definidas, pelo autor, em: arquitetônicas, comunicacionais, metodológicas, atitudinais, pragmáticas e instrumentais.

Assim, a representação das pessoas com deficiência por meio do discurso de superação estigmatiza esse público em uma visão capacitista. De acordo com Vendramin (2019, p. 2), capacitismo “é a leitura que se faz a respeito de pessoas com deficiência, assumindo que a condição corporal destas é algo que, naturalmente, as define como menos capazes”. Esta pode se dar tanto pela estigmatização sob um olhar de pena e de redução das pessoas à deficiência – invisibilidade – e de exaltação da superação das barreiras – a hipervisibilidade (Kuppers, 2004). São, de acordo com Kuppers (2004), olhares que aprisionam identidades. Ao voltar nosso olhar para o jornalismo, buscamos, novamente em Freitas (2021), a compreensão sobre os modos como nosso campo de atuação e de estudo exercem esse aprisionamento:

Compreendemos, assim, que a forma como as representações são elaboradas, reforçadas ou recriadas por meio dos textos jornalísticos têm grande influência no modo como os sujeitos sobre os quais o jornalismo fala – são percebidos e reconhecidos socialmente. E isso se dá tanto pela configuração do relato jornalístico propriamente dito como pelo discurso das fontes de informação selecionadas para comporem as notícias que vão despertar e fornecer elementos para o debate coletivo (Freitas, 2021, p. 133).

Além do aspecto discutido acima – de que o discurso jornalístico pode se tornar reprodutor de estigmas e preconceitos e ser, portanto, capacitista –, é necessário elencar outras nuances que podemos definir como aprisionadoras: as lacunas do ponto de vista técnico de produção da informação, em que os veículos são inacessíveis à medida que não incorporam tecnologias assistivas (TAs) em seus produtos jornalísticos (Bonito, 2015; Segatto, 2015; Beraldo, 2021). Tecnologias assistivas (TA), de acordo com a definição da legislação brasileira, incluem:

produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (Brasil, 2015).

Exemplos são a audiodescrição, a Janela de Libras, a Legendagem para Surdos e Ensurdecidos, entre outros.

Para Beraldo (2021, p. 51), “o acesso às informações atua como um elemento reforçador da garantia ou da ausência de direitos”, o que, para a autora, também corrobora a ideia de que esse acesso é fundamental na construção social do conhecimento (Brant Reis; Silva; Ferreira *apud* Beraldo, 2021). Do ponto de vista da deficiência visual, por exemplo, em entrevistas realizadas para sua dissertação, Carla Beraldo (2021, p. 116) identificou que 68,3% das pessoas “afirmaram ter sentimentos negativos ao acessar notícias digitais e/ou já experienciaram dificuldades ao operar as TAs para se apropriar do conteúdo jornalístico”. As dificuldades exemplificadas pela pesquisa de Beraldo (2021) denotam uma realidade em que a informação se constitui em barreira⁵, o que se repete em pesquisa anterior que, para além da visual, ainda identificou barreiras auditivas e cromáticas (Wobeto, 2023).

A autora também afirma que profissionais jornalistas não sabem quase nada sobre tecnologias assistivas, acessibilidade e *softwares* que possam propiciar a acessibilidade em produtos jornalísticos.

Os jornalistas não sabem o grau de responsabilidade que têm na geração dos conteúdos acessíveis; O conhecimento sobre a necessidade da acessibilidade de notícias existe entre os jornalistas, mas os entrevistados não comprovaram conhecimento mais aprofundado sobre os parâmetros de um conteúdo preponderantemente acessível (Beraldo, 2021, p. 115).

Explicações para tal desconhecimento são o enxugamento das redações, a sobrecarga de trabalho e as lacunas na formação universitária (Beraldo, 2021), mas também em uma cultura profissional em que a tribo jornalística (Traquina, 2013) não partilha saberes técnicos e sociais acerca da temática (Wobeto, 2023).

Fundamentado nesse contexto, é necessário fazer uma ressalva no que diz respeito às investigações sobre acessibilidade na área da Comunicação. Campanhã

5 No entendimento da legislação brasileira, barreira é entendida como “qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros” (Brasil, 2015). É classificada nos tipos urbanística, arquitetônica, nos transportes, na comunicação e informação, atitudinais e tecnológicas.

(2020) – ao pesquisar acerca da audiodescrição e dos usos, das apropriações e das inter-relações entre sujeitos comunicantes cegos em um grupo de *WhatsApp* – critica os estudos que se detêm apenas aos aspectos tecnicistas da acessibilidade e se enquadram em lógicas que priorizam a produtividade e o lucro fundamentalista. A autora pontua que é necessário que as pesquisas tenham relação com o social e possam, por meio da produção de conhecimento científico, gerar resultados que incidam na sociedade (Campanhã, 2020).

Entendemos que esta pesquisa se insere nesta inter-relação entre pensar o aspecto técnico, de acesso às informações, ao mesmo tempo em que reflete sobre as afetações, as lacunas, as ausências, as representações e as estigmatizações que compõem parte da problemática acerca da acessibilidade e do jornalismo. Esse aspecto também justifica a necessidade de pesquisas que olhem para tal entrelaçamento.

Além disso, é necessário pontuar, na problematização, que as lutas por direitos perpassam, em grande medida, também pela legislação o que Bonito (2015) chama de “legislações invisíveis”. São as “leis que não pegam”, ou seja, “elas existem, mas não são cumpridas a rigor” (Bonito, 2015, p. 67). Em sua tese, Bonito (2015) identifica que o aspecto jurídico, quando não é cumprido e muito menos fiscalizado, favorece instituições que estão do lado hegemônico, ou seja, feito por pessoas sem deficiência para pessoas sem deficiência.

Isso prejudica aquelas que têm deficiência não somente pela ausência de direitos, mas também por aqueles já conquistados. Inclusive, no contexto de lutas pela inserção da audiodescrição em canais de televisão, por exemplo, Bonito (2015) reflete que há desigualdade de poder à medida que há, de um lado, pessoas com deficiência que necessitam de tecnologias assistivas para o acesso à informação, e, de outro, as empresas que não cumprem a legislação e ainda se mobilizam para que as obrigações diminuam:

Será justamente por conta desta pressão social que as empresas vão exercer opressão, através do seu poder hegemônico sociocultural-político-econômico, para que as leis sejam revogadas e mudadas ao longo do tempo, com os argumentos de que não havia disponibilidade tecnológica e nem recursos humanos para a produção de conteúdos acessíveis (Bonito, 2015, p. 155).

Ao voltar nosso olhar para a cobertura jornalística, é interessante analisar, ainda, não apenas o que se fala sobre o público abordado, mas o quanto se fala. Em análise quantitativa sobre a cobertura jornalística sobre a acessibilidade e as pessoas com deficiência, Wobeto, Romero e Borelli (2021) realizaram um mapeamento acerca dos dados populacionais e do número de notícias acerca da temática, no portal G1, que abrange sua cobertura por região e estado.

As métricas encontradas são cruzadas para ter dados em relação ao número de notícias por pessoas com pelo menos uma deficiência, com especificidades dos números absolutos e relativos. Um dos achados desse estudo é a média nacional, de 0,0000041, “que corresponde a uma notícia a cada 249.213 pessoas com pelo menos uma deficiência” (Wobeto; Romero; Borelli, 2021, p. 12). Essa métrica evidencia que a cobertura jornalística do G1 “sobre a temática da acessibilidade e das pessoas com deficiência é mínima e não é representativa de sua população” (Wobeto; Romero; Borelli, 2021, p. 13). É importante pontuar que o artigo citado faz parte de um estudo maior e que os resultados mencionados acima fazem parte desse escopo teórico e analítico.

Com essa introdução, que permite compreender um contexto mais amplo em relação à temática, apontamos que o objetivo do presente artigo é realizar uma análise acerca da cobertura jornalística sobre a acessibilidade e as pessoas com deficiência a partir do portal G1.

Procedimentos metodológicos

Neste estudo, a análise da cobertura jornalística de G1 se dá por meio de protocolos de coleta de dados elaborados pelos autores e da aplicação do Método de Reiert (Newman; Girvan, 2004; Brandes, 2001). A análise com essa metodologia é possível pela geração de gráficos com o uso de *softwares* de visualização de dados como o *IraMuTeQ* (Salviati, 2017), conforme experimentações realizadas por integrantes do Grupo de Pesquisa Circulação Midiática e Estratégias Comunicacionais (Cimid/UFSM) em outras publicações (Romero; Borelli, 2021; Frigo; Romero; Borelli, 2021).

A coleta do *corpus* foi feita no buscador do portal G1, com o recorte temporal de um ano: de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019. A coleta foi feita em 2020, com o uso das palavras-chave “pessoas com deficiência” e “acessibilidade”. Resultaram 192 produtos jornalísticos, principalmente notícias, separadas em 26 editorias geográficas (que representam os estados brasileiros) e quatro editorias temáticas. A escolha do portal G1 como objeto de estudo parte justamente da característica territorial do mesmo, que tem presença em toda a área nacional, além do fato da ausência de *paywall*, o que permite que a coleta possa ser feita sem um cadastro pago.

O alcance territorial oportuniza que a análise abarque a cobertura jornalística sobre a temática de um ponto de vista nacional, não necessariamente restrito a um estado ou região, mas que, ainda assim, possibilita o olhar para especificidades localizadas, uma vez que as editorias geográficas propiciam tal recorte. Essa característica do G1 o coloca como parte do grupo que tem a maior concentração midiática brasileira, de acordo com o relatório do grupo Intervozes e do Repórteres sem Fronteiras (2019)⁶.

O primeiro momento protocolar do tratamento dos dados foi a categorização do

6 Esta é uma discussão importante e relevante para pensar o jornalismo no cenário nacional, mas não é aprofundada neste artigo em função do espaço e do foco do artigo.

corpus pelas editorias temáticas e geográficas. Esse movimento foi feito em uma planilha do *software Excel*. A intenção era classificar as notícias de acordo com suas *tags*. Para fins de descrição do *corpus*, temos: sete notícias de editorias temáticas (*Ciência e Saúde, Como será, Educação, Olha que legal*) e 185 pertencentes à editorias geográficas (Alagoas, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Santa Catarina, com uma notícia cada estado; Acre, Ceará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Roraima e Sergipe, com duas; Distrito Federal, com três; Bahia, com quatro; Amapá, Goiás, Rio de Janeiro e Tocantins, com cinco; Piauí e Paraná, com seis; Paraíba, com sete; Amazonas, com oito; Pará, com nove; Pernambuco, com 17; Minas Gerais, com 21; e São Paulo, com 66).

Em um segundo momento do protocolo de tratamento dos dados, retiramos o conteúdo textual das notícias e reportagens – que é composto por manchete, linha de apoio e corpo do texto. Este foi inserido em um documento do tipo *Word*. O passo seguinte foi a limpeza dos dados textuais, o que inclui tanto a exclusão dos termos usados para a busca (acessibilidade e pessoas com deficiência). Isso é necessário para que os resultados visuais dos gráficos não retratem as palavras-chave usadas para a coleta e que as colocaria como centrais na visualização. A fim de analisar a cobertura acerca das temáticas que envolvem os filtros de busca, a intenção é que os mesmos não sejam centrais, para que, assim, possamos observar de que modo as demais temáticas atreladas a essas palavras-chave demonstrem centralidades e campos semânticos nas nuvens de palavras e gráficos de Classificação Hierárquica Descendente (CHD).

Com a limpeza do *corpus* concluída e os dados textuais tratados, passamos para a etapa da análise lexicométrica por meio do uso do *software* livre *IraMuTeQ* (Salviati, 2017). Com a geração dos gráficos visuais, a serem analisados no próximo tópico, nossa intenção é gerar pistas que possam apontar caminhos para pensar de que forma a cobertura jornalística acerca da acessibilidade e das pessoas com deficiência é feita. Esse entendimento vai ao encontro das reflexões necessárias em um campo de estudos que é emergente.

Estudos que usam esse tipo de método são embasados em táticas analíticas que consideram os indícios que vêm à tona por meio das métricas (Romero; Borelli, 2021, p. 2) para “poder fazer inferências sobre eles a fim de desentranhar conhecimento que ajude a dar conta do problema de pesquisa”. Tais táticas são úteis principalmente quando temos *corpus* extensos, cuja análise manual é demorada – o que é o caso desta pesquisa.

Logo, podemos inferir pistas das nuvens de palavras, classificação hierárquica descendente (CHD – ou Método de Reinert) e gráficos de árvore máxima de similitude formadas (Degenne; Vergés, 1973). Nesses tipos de visualização de dados, a centralidade de intermediação dos vocábulos (Newman; Girvan, 2004; Brandes, 2001) é essencial

pois aponta convergência de temáticas e conexão de palavras, o que pode nos indicar novos olhares tanto para o *corpus* quanto para a temática estudada.

É importante mencionar que as metodologias de tratamento de dados escolhidas para esta análise buscam um olhar atento às marcas e às pistas, com base na inspiração no paradigma indiciário, que é problematizado por Braga (2008) no âmbito da Comunicação. A Comunicação como disciplina indiciária diz respeito à coleta de indícios – que podem ser os dados – para a realização de inferências conforme as pistas que emergem de um certo *corpus* (Braga, 2008). Para o autor,

Há sempre uma relação entre indícios e um ângulo das coisas para o qual aqueles indícios serão ‘reveladores.’ Mas não automaticamente: é preciso fazer articulações entre pistas e fazer inferências. Dois níveis de percepção, então, são necessários. Perceber o próprio indício (ou seja: que um dado aparentemente irrelevante pode ser significativo) e desenvolver relações com uma proposição buscada: fazer inferências. Isso envolve distinguir entre indícios essenciais e acidentais (Braga, 2008, p. 79).

As inferências que o autor considera pertinentes para as pesquisas em Comunicação são as de características transversais, “que permitam derivar proposições gerais sobre ‘classes’ de fenômenos e ‘tipos’ de lógicas e processos em ação” (Braga, 2008, p. 86). O autor ainda enfatiza que é nesse nível de inferências que “encontra-se em processo a própria constituição do campo de estudos em comunicação” (Braga, 2008, p. 86), cujo questionamento norteador deve ser sobre o que há de comunicacional nos objetos estudados.

Dessa forma, seguimos ao detalhamento sobre as táticas que compreendem as nuvens de palavras e os gráficos de árvore máxima de similitude. Com a primeira, podemos reconhecer sinais presentes no *corpus* acerca da cobertura jornalística das temáticas estudadas. Assim, “quando é feita uma nuvem de palavras, se parte de uma noção frequencial dos usos de determinado termo, em relação ao conjunto total de palavras em um texto” (Romero; Borelli, 2021, p. 6). O gráfico da nuvem de palavras nos interessa para observar quais são as temáticas que se destacam em repetição em conjuntos de textos, além das inter-relações entre eles. Esta pesquisa se insere nesse entendimento.

A análise mais aprofundada acerca da inter-relação e conexão entre palavras é admissível por meio da geração dos gráficos de árvore máxima de similitude (Degenne; Vergés, 1973). Isso é possível já que o gráfico nos mostra métricas de centralidade de intermediação (Newman; Girvan, 2004; Brandes, 2001). A análise nos permite pensar quais temáticas emergem do *corpus*, o que abre oportunidade de refletir acerca de como o jornalismo realiza a cobertura sobre essa população e suas lutas e articulações.

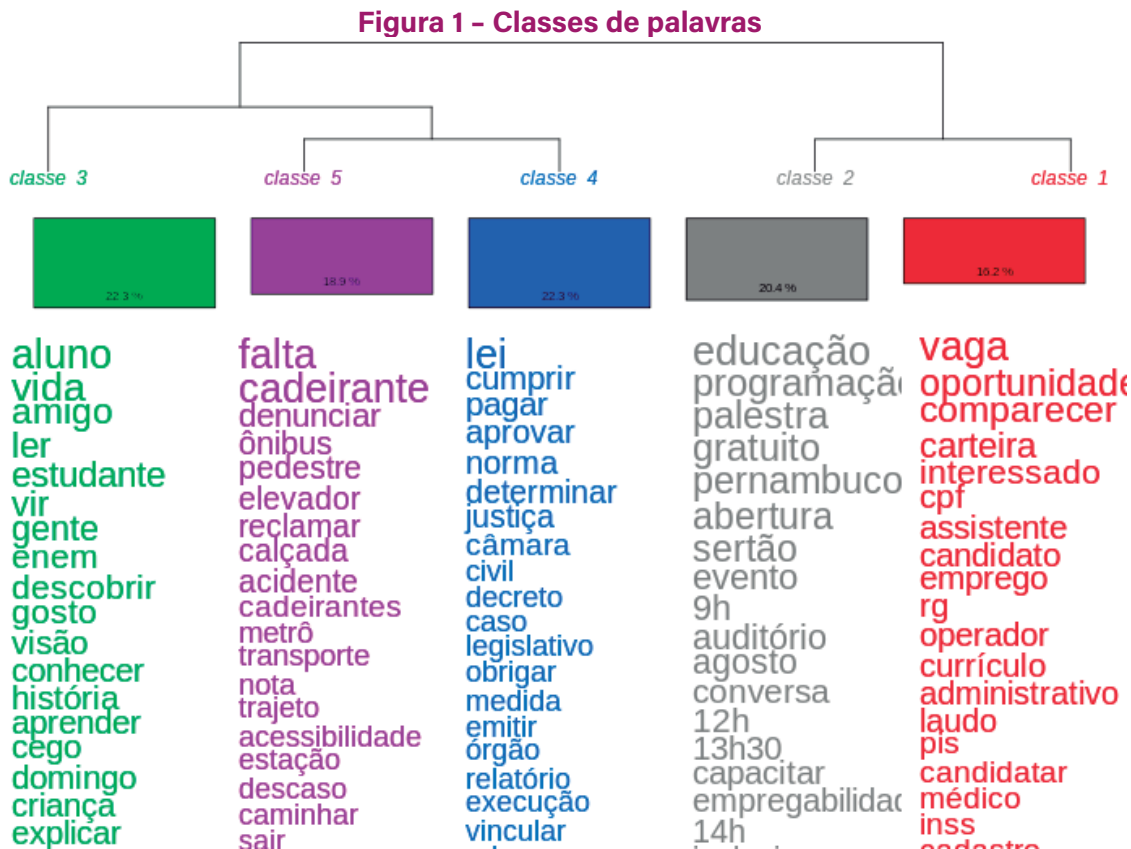
Além disso, com o Método de Reinert, podemos pensar indícios sobre os agrupamentos temáticos mais intensos que aparecem no tratamento do *corpus*, o que per-

mite visualizar os sentidos que aparecem nas notícias de maneira mais recorrente. Feitas as considerações metodológicas, partimos para a descrição analítica da pesquisa.

Cobertura jornalística sobre acessibilidade e pessoas com deficiência

O primeiro momento da análise abarcou o entendimento de quais são as classes de palavras formadas nos gráficos processados pelo *software*. Os agrupamentos de palavras indicam quais são os assuntos abordados em um conjunto de textos – neste caso, os jornalísticos. Isso significa que, quando as palavras estão em uma mesma classe, elas aparecem juntas com frequência. Segundo esses indícios, podemos estabelecer quais são os assuntos mais frequentes das notícias.

Com isso, a partir do processamento feito pelo *IraMuTeQ*, extraímos cinco classes de palavras, que são representadas por cores – geradas a partir da aplicação da Classificação Hierárquica Descendente. As associações das palavras de uma mesma classe possibilitam compreender as temáticas que emergem desses dados. As classes temáticas resultantes do *corpus* são: 1) vagas de emprego; 2) divulgação de eventos e palestras; 3) pautas sociais e histórias de pessoas com deficiência; 4) legislação; e 5) problemáticas da ausência da acessibilidade arquitetônica. A divisão das classes de palavras pode ser conferida na Figura 1, a seguir:



Fonte: Os autores, 2023.

Como observado no gráfico acima, as classes de palavras têm porcentagens que também categorizam as palavras que mais aparecem: Classe 1, na cor vermelha, representa 16,2%; Classe 2, na cor cinza, 20,4%; Classe 3, na cor verde, 22,3%; Classe 4, na cor azul, 22,3%; e Classe 5, na cor roxa, 18,9%. A partir disso, as maiores classes são a 3 e a 4, que se equivalem à porcentagem de importância, mas a diferença não é tão significativa, principalmente em relação às classes 2 e 5. Além disso, é interessante observar que as classes 4 e 5 estão associadas no gráfico, indicando que, com frequência, as temáticas das mesmas se misturam em produtos jornalísticos.

A classe 1 discorre sobre vagas de emprego. Pode-se inferir isso por meio de palavras como “vaga”, “oportunidade”, “candidato”, “emprego” e “currículo”. “CPF” e “RG” indicam os documentos necessários para que a pessoa concorra à vaga. “Assistente” e “operador” podem ser tipos de vagas ofertadas para pessoas com deficiência. A inferência é interessante uma vez que a classe indica que o portal G1 atua na divulgação de vagas de emprego para pessoas com deficiência, o que vai ao encontro à Lei nº 8.213, de 1991, ou Lei de Cotas para Pessoas com Deficiência, que destina uma porcentagem de vagas em empresas ou órgãos do governo, de acordo com a quantidade de funcionários.

A classe 2 parece reunir produtos jornalísticos que têm a função de divulgar palestras, eventos e/ou programações. Palavras como “programação”, “palestra” e “evento” dão essa pista. Além disso, outras palavras como “gratuito”, “9h”, “auditório”, “agosto”, “12h”, “13h30” e “14h” indicam informações de horário, local e data do evento. Palavras como “educação”, “capacitar” e “empregabilidade” nos permitem inferir que a temática das palestras está ligada à capacitação para vagas de emprego, o que relaciona a classe 1 com a classe 2, o que vai ao encontro do gráfico da Figura 1.

Já a classe 3 tem palavras mais diversas, que podem estar associadas a pautas mais sociais, que contam histórias de pessoas com deficiência ou iniciativas para a inclusão e a acessibilidade. “Aluno”, “estudante”, “Enem” e “aprender” são palavras relacionadas ao estudo, possivelmente na fase escolar. Como exemplo, está a Figura 2, que é uma das manchetes que compõem o *corpus*:

Figura 2 – Manchete de notícia

ENEM 2019

fique por dentro Eleições Carnaval Musk compra Twitter Guerra na Ucrânia Final do BBB22

Caderno de prova 'gigante' do Enem surpreende aluna com baixa visão

Bruna Rodrigues, de 17 anos, solicitou a versão ampliada do exame. Foto com o caderno de questões viralizou após post no Instagram.

Por Luíza Tenente, G1

08/11/2019 05h01 · Atualizado há 2 anos



Fonte: G1, 2019.

Braga (2008, p. 84) ressalta que as inferências que emergem de um certo *corpus* devem ser testadas em um segundo nível, que ele define como “o enfrentamento da falseabilidade decorrente de objeções”. Neste entendimento, achamos pertinente que, para além do olhar sobre os gráficos gerados e as classes de palavras que emergem da análise, nosso olhar se volte também para os textos que compõem o *corpus*, a fim de que o movimento analítico seja completo. Essa importância está, de acordo com Braga (2008), em estabelecer visões mais rigorosas nas pesquisas científicas da Comunicação.

Em continuidade à análise, na classe 3, há palavras como “vida”, “amigo”, “descobrir”, “conhecer” e “história” que podem estar relacionadas às histórias de pessoas com deficiência contadas em notícias ou reportagens. Já palavras como “visão” e “cego” estão relacionadas às características dessas pessoas.

Com as palavras da classe 4, é possível inferir que ela aborda a temática da legislação e de medidas judiciais para a cobrança do cumprimento da mesma. Palavras como “cumprir”, “pagar”, “determinar”, “justiça”, “caso”, “obrigar” e “medida” permitem inferir que o veículo noticia casos nos quais há falta de acessibilidade ou descumprimento de legislação e em que há cobrança judicial para o cumprimento da lei. Essa classe se relaciona com os estudos de Bonito (2015) acerca das “legislações invisíveis” e vai ao encontro da realidade destacada pelo autor, de que, por mais que as normativas que garantem direitos a esse público existam, elas não são cumpridas. Além disso, é preciso levar em conta que os casos noticiados são a minoria e que o descumprimento da legislação não se restringe aos exemplos reportados em notícias e demais formatos jornalísticos, como os representados nas matérias que compõem essa classe temática.

Já a classe 5 tematiza problemáticas da ausência de acessibilidade arquitetônica⁷. Palavras como “ônibus”, “metrô”, “transporte” e “estação” fazem referência à acessi-

7 Romeu Sasaki (2009) determina que a acessibilidade arquitetônica incide na ausência de barreiras físicas, ou seja, ela é efetiva quando há elevadores, rampas, calçadas sem buracos, banheiros adaptados, entre outros.

bilidade arquitetônica em meios de transporte. “Elevador” e “calçada” também se relacionam a locais em que é comum haver falta de acessibilidade. A palavra “acidente” e sua variação “acidentes” aliadas às palavras “falta”, “denunciar”, “reclamar” e “descaso” denotam a preocupação com o que a falta de acessibilidade pode causar e o tom de denúncia da ausência da mesma, como mostra a Figura 3:

Figura 3 – Manchete de notícia



Vídeo mostra cadeirante sendo carregado por populares dentro estação de metrô em Teresina

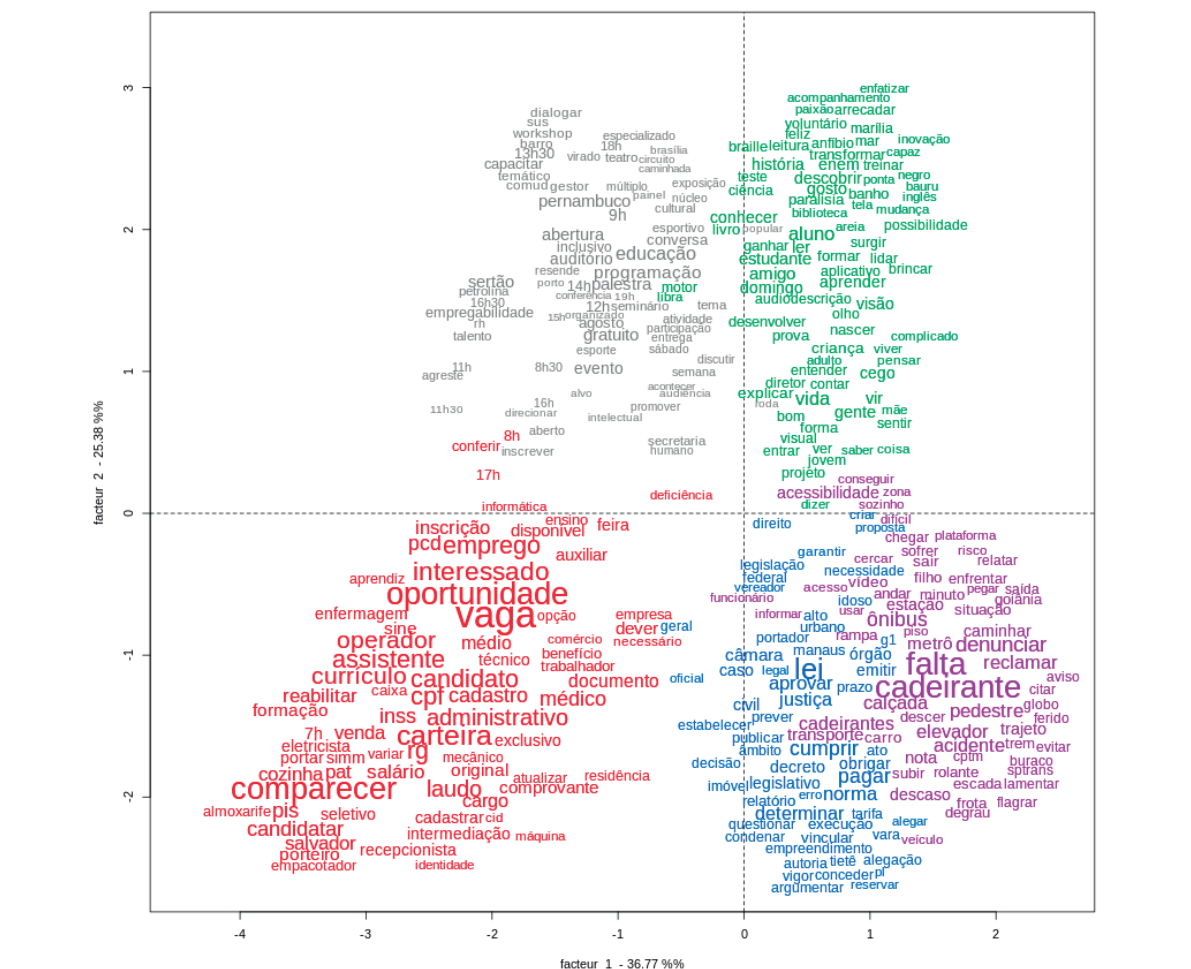
Companhia Metropolitana de Transporte Público (CMTMP) informou que a escada rolante será consertada pela empresa contratada para a manutenção até sexta-feira (27).

Fonte: G1, 2019.

Apesar do tom de denúncia, há, também, um apelo do veículo para uma situação de fragilidade de uma pessoa com deficiência por meio da decisão editorial de publicação de um vídeo na notícia. Esse elemento não seria apreendido na análise somente por meio dos gráficos que abarcam os dados textuais – e aí, mais uma vez, está a importância de voltar ao *corpus* para ver como se inserem os vocábulos que têm centralidade nas visualizações geradas.

Ainda sobre a análise da classe 5, é preciso ter cuidado na maneira com que os jornalistas e editores escolhem retratar um fato para que o produto jornalístico não se torne sensacionalista. Além do cuidado com a temática, reforçamos que é necessário que os veículos jornalísticos pensem a inserção da acessibilidade em seus produtos, a fim de que o público de pessoas com deficiência seja incluído no acesso à informação e à comunicação e esta não se torne uma barreira. Após a formação e a análise das classes de palavras, é possível compreender a relação e a intersecção das mesmas por meio da Classificação Hierárquica Descendente, conforme descrito na Figura 4.

O gráfico da Classificação Hierárquica Descendente gerado entrelaça as cinco classes de palavras citadas anteriormente, sendo que, em cada uma, há a emergência de uma temática consolidada. Na nuvem de palavras, a classe com destaque é aquela relativa às vagas de emprego. Outras classes também se entrelaçam (legislação e descumprimento da acessibilidade arquitetônica), o que nos permite inferir que as duas temáticas se misturam com certa frequência nos produtos jornalísticos analisados. As classes de palavras relativas às temáticas da divulgação de eventos e pautas sociais



Fonte: Os autores, 2023.

Com base no gráfico, percebe-se que a categoria com mais destaque na nuvem de palavras é a classe 1. Nesse tipo de visualização de dados, quanto maior o tamanho, maior é a recorrência da palavra. Notamos destaques em palavras como “vaga” e “oportunidade”, o que reforça o realce da classe 1 sobre vagas de emprego. Em seguida, ressalta-se o entrelaçamento entre as classes 4 e 5, o que evidencia que as temáticas da legislação e seu descumprimento estão ligadas às denúncias de barreiras e ausência de acessibilidade, principalmente em meios e locais físicos. Por fim, com menor ocorrência, temos as classes 2 e 3, que divulgam eventos e estão relacionadas a pautas sociais. Nessas nuvens, não há palavras com maior evidência, o que denota certa consistência nos produtos jornalísticos.

Considerações finais

Esta pesquisa tem como objetivo central analisar qualitativamente a cobertura jornalística do veículo *G1* acerca da acessibilidade e das pessoas com deficiência. Este estudo dialoga com investigações anteriores, que analisaram a cobertura do ponto de vista quantitativo. Isto porque, mais do que observar o quanto se noticia o público com deficiência e a temática da acessibilidade, também é importante analisar como essa pauta é noticiada.

Podemos observar que as temáticas que emergem da coleta, quando falamos da cobertura jornalística sobre acessibilidade e pessoas com deficiência, são, em ordem hierárquica de recorrência: vagas de emprego, legislação, denúncia da ausência de acessibilidade arquitetônica, e divulgação de eventos e histórias de pessoas com deficiência. É interessante notar que, principalmente, as duas primeiras classes estão relacionadas à legislação. As classes 1 e 2 se enquadram na função jornalística de serviço, o que é básico em um veículo jornalístico.

Já as classes 3 e 5, que tratam sobre acessibilidade arquitetônica e histórias de pessoas com deficiência, são espaços em que é mais comum que o jornalismo, por meio do seu discurso, reforce estereótipos que retratam uma visão social capacitista. Além disso, são produtos jornalísticos com maior potencial de sensacionalismo. No entanto, não é possível, no espaço deste artigo, analisar essas classes e os produtos jornalísticos de maneira mais aprofundada, portanto, não é possível afirmar se essas notícias seguem essa lógica.

De forma sintética, a análise aponta que a cobertura jornalística se restringe a apenas cinco tópicos temáticos, com maior ênfase para notícias de serviço, o que chama a atenção e permite compreender que a cobertura jornalística sobre a temática é insuficiente e restrita. Nesse sentido, a legislação – que obriga as empresas a contratarem pessoas com deficiência – é o que norteia a tematização sobre acessibilidade no espaço jornalístico.

Logo, compreendemos que é necessário que a pesquisa tenha continuidade a partir de outros desdobramentos e enfoques. Essa concepção pode produzir novos tensionamentos sobre a cobertura jornalística acerca da acessibilidade e das pessoas com deficiência. Isto importa já que, com base em pesquisas anteriores mencionadas no texto, foi possível entender que, no que diz respeito às maneiras de reportar sobre essas temáticas, há muitas lacunas no jornalismo.

Também pontuamos que, apesar de o presente estudo se debruçar sobre um *corpus* de dados de 2019, a validade dos mesmos não se altera: a dissertação de Freitas (2021), referenciada neste texto, também analisa um *corpus* de matérias do *G1* – mas para identificar a representação do público com deficiência. Logo, os resultados deste estudo não trazem indícios isolados, mas que se repetem ao longo do tempo, em diferentes pesquisas. Isso denota a importância desse tipo de investigação e também

evidencia a necessidade de que mais pesquisas sejam realizadas, tanto de análise do veículo observado, quanto de outros veículos e práticas jornalísticas. Ressaltamos, ainda, que este artigo é parte de um processo maior de pesquisa da acessibilidade comunicativa no jornalismo, que teve origem na iniciação científica e continua na pós-graduação, no âmbito do mestrado.

É fundamental evidenciar essas pautas sem recorrer a discursos capacitistas e sensacionalistas e à reprodução de estereótipos e preconceitos (Freitas, 2021). Além disso, a profissão deve se reconhecer nesse espaço de produção de sentidos e constatar que falha no quesito acessibilidade – tanto de representação enquanto pauta e ocupação dos espaços, como do ponto de vista técnico, acerca da produção jornalística acessível (Bonito, 2015; Segatto, 2015; Beraldo, 2021; Wobeto, 2023).

Referências

BENETTI, Márcia. **Revista e jornalismo**: conceitos e particularidades. Porto Alegre: Penso, 2013.

BERALDO, Carla Tonetto. **“Quem cabe no seu todos?”** Jornalismo e Deficiência Visual: um estudo sobre a acessibilidade e usabilidade em notícias em redes digitais. 2021. 183f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

BONITO, Marco. **Processos da comunicação digital deficiente e invisível**: Mediações, usos e apropriações dos conteúdos digitais pelas pessoas com deficiência visual no Brasil. 2015. 351f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo (RS), 2015.

BRAGA, José Luiz. Comunicação, disciplina indiciária. **MATRIZES**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 73-88, 2008.

BRANDES, Ulrik. A faster algorithm for betweenness centrality. **The Journal of Mathematical Sociology**, v. 25, n. 2, p. 163-177, 2001.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Brasil: 2015.

CAMPANHÃ, Marcela Ribas. **Audiodescrição e cidadania**. Processos comunicacionais de sujeitos cegos vinculados aos usos e apropriações da rede social WhatsApp. 2020. 170f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Centro de Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo (RS), 2020.

DEGENNE, Alain; VERGÈS, Pierre. Introduction à l'analyse de similitude. **Revue Française de Sociologie**, v. 14, n. 4, p. 471-512, out./dez. 1973.

FREITAS, Thais Araújo de. **Representações sociais de pessoas com deficiência em notícias**

do portal **G1**. 2021. 419p. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

FRIGO, Diossana; ROMERO, Luan Moraes; BORELLI, Viviane. #EleNão e eleições brasileiras de 2018: a circulação de sentidos em grupos de mulheres no Facebook. **Chasqui** – Revista Latinoamericana de Comunicación, Equador, n. 148, p. 89-106, dez. 2021.

INTERVOZES; REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS. **Monitor de Propriedade de Mídia no Brasil**. São Paulo: Intervozes, 2019.

KUPPERS, Petra. **Disability and contemporary performance: bodies on edge**. Cornwall: TJ International, 2004.

MARCO, Victor di. **Capacitismo: o mito da capacidade**. Belo Horizonte: Letramento, 2020.

NEWMAN, Mark; GIRVAN, Michelle. Finding and evaluating community structure in networks. **American Physical Society**, v. 69, n. 2, p. 1-16, fev. 2004.

PIOVESAN, Flávia. Convenção da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência: inovações, alcance e impacto. In: FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, George Salomão; LEITE, Glauber Salomão; LEITE, Glauco Salomão (Orgs.). **Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. São Paulo: Editora Saraiva, 2012. p. 42-64.

ROMERO, Luan; BORELLI, Viviane. **Articulação entre métricas e dados textuais como experimentação metodológica para estudos em circulação**. São Paulo: Compós, 2021.

SALVIATI, Maria Elisabeth. **Manual do Aplicativo Iramuteq**. Planaltina: [s. e.], 2017.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Reação** – Revista Nacional de Reabilitação, São Paulo, ano 12, p. 10-16, mar./abr. 2009.

SEGATTO, Karine Arminda de Fátima. **Acessibilidade e multimídia no webjornalismo da América do Sul**. 2015. 168f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Programa de Pós-graduação em Jornalismo, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2015.

SOUZA, Joana Belarmino de. **Aspectos Comunicativos da Percepção Tátil: A escrita em Relevo como Mecanismo Semiótico da Cultura**. 2004. Tese (Doutorado em Comunicação Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

VENDRAMIN, Carla. Repensando mitos contemporâneos: o capacitismo. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL REPENSANDO MITOS CONTEMPORÂNEOS, 3., Campinas, 2019.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: Volume II. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2013.

WOBETO, Samara. **A construção de indicadores de qualidade para a acessibilidade comu-**

nicacional em veículos jornalísticos. 2023. 163f. Monografia (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2023.

WOBETO, Samara Letícia; ROMERO, Luan; BORELLI, Viviane. Análise quantitativa da cobertura jornalística sobre Acessibilidade e Pessoas com Deficiência. *In*: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 44., Pernambuco. 2021. **Anais [...]**. Pernambuco: Intercom, 2021. p. 1-15.

WOBETO, Samara Letícia; BORELLI, Viviane. Construção jornalística da pessoa com deficiência e a ênfase na superação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE JOVENS PESQUISADORES EM JORNALISMO, 10., nov. 2020. **Anais [...]**. Brasília: SBPJor, 2020.